



DIÁRIO OFICIAL

# CAMARAGIBE

ESTADO DE PERNAMBUCO

INSTITUÍDO PELA LEI Nº 828 DE 26 DE AGOSTO DE 2020

ANO I – Nº e-DOM 246 – CAMARAGIBE, PE, 23 de julho de 2021

PORTARIA Nº 13/2021  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 23/07/2021

PORTARIA Nº 13, DE 22 DE JULHO DE 2021

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar reincidência de conduta faltosa a deveres funcionais previstos em lei por servidor do Município.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 63 e 64, V, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o pedido de providências da Diretoria Geral de Administração Tributária - DGAT - no Memorando nº 118/2021 - DGAT/SETRI/SEFIN,

DETERMINA:

**Artigo 1º.** Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar a reincidência na conduta de inobservância de dever funcional previsto em lei por servidor detentor de vínculo efetivo na Prefeitura Municipal de Camaragibe, por infringência aos artigos 154, II, III, IV e IX e com fundamento nos arts. 166, 167, 169, 175, 181 e 185 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº 112/1992).

**Artigo 2º.** Ficam designados os servidores membros da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, nomeados pela Portaria nº 1096/2019 para, mediante anuência do Procurador Geral do Município, constituírem Comissão de Inquérito Administrativo que garanta a execução imparcial e adequada dos trabalhos.

**Art. 3º.** A Comissão de Inquérito Administrativo deverá iniciar os trabalhos tão logo seja publicada esta Portaria, devendo apresentar suas conclusões no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.

Camaragibe, 22 de julho de 2021.

Alex Norat

Secretário Municipal de Administração

Publicado por: Arthur Henrique Borba  
Código Identificador: 230721111142

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº044/2021.  
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL- 23/07/2021**

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 044/2021 – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESCADARIA -  
BAIRRO DE AREINHA, CAMARAGIBE/PE.**

**Instrumento:** Contrato nº 044/2021. **Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE CNPJ sob o nº 08.260.663/0001-57 com sede à Avenida Doutor Belmino Correa, nº 3038, Bairro Timbí, Camaragibe/PE, neste ato representado pela Secretária de Defesa Civil Sra. Kátia Rosângela M. O. de Marsol e inscrita no CPF sob o nº 279.340.984-72. **Contratada:** Carlos Eduardo de Souza Andrade – ME, nome fantasia Eclipse Construções, com sede no município de Ilha de Itamaracá, no Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 07.708.9000/0001-37, neste ato representado pelo Sr. Carlos Eduardo de Souza Andrade, portador da cédula de identidade RG nº 5.541.373 SSP/PE, e inscrito no CPF sob o nº 034.578.864-82. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução dos serviços de construção e recuperação de escadaria, contenção de encosta, muro de arrimo, tela argamassada e drenagem na rua Pedro Borges, localizada no bairro Areinha, na cidade de Camaragibe – PE. **Período de referência ao serviço prestado:** O prazo estipulado no primeiro termo aditivo do contrato de nº 044/2021, terá a duração de 04 (quatro) meses, com início em 20/07/2021 até 20/11/2021, contando o prazo de execução a partir da emissão da Ordem de Serviço, tendo eficácia legal a partir da publicação do extrato no diário oficial. Podendo o mesmo ser prorrogado conforme dicação do artigo 57, inciso II da lei 8.666/93. **Reconheço Processo Administrativo:** Processo Licitatório nº 119/2020, Tomada de Preço nº 014/2020. **Dotação orçamentária:** 20.21.15.182.1010.0118.0000.4.4.90.51.00 **Data de assinatura:** 20/07/2021.

---

Kátia Rosângela M. O. de Marsol

Secretária de Defesa Civil

Publicado por: Arthur Henrique Borba  
Código Identificador: 230721022741

**ORDEM DE SERVIÇO Nº002/2021  
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL- 23/07/2021**

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº. 002/2021

O Município de Camaragibe, UF/PE, inscrito no CNPJ sob nº. 08.260.663/001-57, por intermédio da Secretaria de Defesa Civil, neste ato representada pela secretária Srª Kátia Rosângela Maciel Oliveira de Marsol, inscrita no CPF/MF. 279.340.984-72, fundamentando-se no Processo Licitatório nº 119/2020, Tomada de Preço nº 014/2020, e em cumprimento à autorização de início de objeto do 1º termo aditivo do contrato nº 044/2021, autoriza a empresa

(**Carlos Eduardo de Sousa Andrade - ME**), localizada no endereço: Rua Amburguesa, nº 82, Baixa Verde – Cep.: 53.900-000 – Ilha de Itamaracá/PE e inscrita no CNPJ sob o nº. 07.708.900/0001-37, a iniciar no prazo de até 05 (cinco) dias após a assinatura da O.S (Ordem de Serviço), a **execução dos serviços de construção e recuperação de escadaria, contenção de encosta, muro de arrimo, tela argamassada e drenagem na rua Pedro Borges, localizada no bairro Areíinha, na cidade de Camaragibe - PE**, em estreita observância às orientações e exigências técnicas descritas no Projeto Básico.

Camaragibe/PE, 20 de Julho de 2021.

**Kátia Rosângela M. O. De Marsol**

**SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DE CAMARAGIBE**

**CONTRATANTE**

**Carlos Eduardo de Sousa Andrade**

**ECLIPSE CONSTRUÇÕES**

**CNPJ: 07.708.900/0001-37**

**CONTRATADA**

Publicado por: Arthur Henrique Borba

Código Identificador: 230721023340

**EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO - LOCAÇÃO UBS TIMBI  
SECRETARIA DE SAÚDE- 23/07/2021**

**EDITAL Nº 01/2021 – CHAMAMENTO PÚBLICO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2021 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

1. **OBJETO**

- Chamamento público para que possíveis interessados apresentem propostas para locação de imóvel no Município de Camaragibe para instalação e funcionamento da sede da **Unidade Básica de Saúde - UBS Timbi, no bairro de Timbi, Camaragibe-PE.**

## 2. JUSTIFICATIVA

- A presente dispensa de licitação tem por objetivo a locação de imóvel que possibilite o funcionamento, de forma adequada, da sede da **Unidade Básica de Saúde - UBS Timbi, no bairro de Timbi, Camaragibe-PE.**
- A Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo dar continuidade ao serviço da **Unidade Básica de Saúde - UBS Timbi, no bairro de Timbi, Camaragibe-PE.** As Unidades Básicas de Saúde fazem parte da atenção primária, é um local para realização de atendimento de atenção básica e integral a uma população de forma programada ou não, nas especialidades básicas (clínica médica (clínica geral), pediatria, obstetrícia e ginecologia) podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior, mais conhecidas como a “Porta de Entrada do SUS”.
- Para o melhor atendimento à população do município elas precisam ser descentralizadas, de modo que tenham acesso nas proximidades de suas residências, para que sejam melhores assistidas.
- Para isso a UBS precisa ser instalada perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem e, com isso, desempenha um papel central na garantia de acesso à população a uma atenção à saúde de qualidade.
- Diante da inexistência de imóvel próprio, que possua a capacidade de instalar o serviço sob comento, é imprescindível realizar a locação de imóvel para dar continuidade a prestação do serviço.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Com base no que preleciona o Inciso X do Art.24 da Lei 8.666/1993, é dispensável a licitação, uma vez que para a presente locação destina-se ao atendimento das finalidades precípuas desta Secretaria, no caso, o funcionamento específico da Sede da **Unidade Básica de Saúde - UBS Timbi, no bairro de Timbi, Camaragibe-PE**, cujas necessidades de instalação e localização imputaram a sua escolha.

No caso, a locação de imóveis para uso pela administração pública está disciplinada no ordenamento jurídico pátrio, especificamente na Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe:

“Art. 2º- As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

“Art.24- É dispensável a licitação:

(...)

X – para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”

Dando interpretação ao dispositivo legal acima transcrito, o TCU, através do Acórdão 444/2008 Plenário, proferiu o seguinte entendimento:

“Em princípio, a Administração compra ou loca mediante licitação, tais e tantas podem ser as contingências do mercado, variáveis no tempo e no espaço, a viabilizarem a competição. Mas se a operação tiver por alvo imóvel que atenda a necessidades específicas cumuladas de instalação e localização dos serviços, a área de competição pode estreitar-se de modo a ensejar a dispensa... Nestas circunstâncias, e somente nelas, a Administração comprará ou locará diretamente, inclusive para que não se frustre a finalidade a acudir” (Jessé Torres Pereira Júnior, Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 5ª Edição, pag. 277). Acórdão 444/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

Consoante se extrai da transcrição da legislação acima transcrita, a locação de imóvel pelo Poder Público poderá ser realizada por dispensa de licitação, desde: (a) que as características do imóvel atendam às finalidades precípua da Administração Pública; (b) que haja avaliação prévia; e (c) que o preço seja compatível com o valor de mercado.

O contrato de locação em que o Poder Público seja locatário encontra-se previsto no art. 62, § 3º, I, da Lei nº 8.666, de 1993, aplicando-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 da referida Lei e demais normas gerais, no que couber, (normas tipicamente de Direito Administrativo), bem como serão aplicados as regras de Direito Privado, previstas na legislação sobre locação para fins não residenciais, isto é, a Lei do Inquilinato nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, *in verbis*:

“Art. 62 - ( ... )

- 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado”

## **4. JUSTIFICATIVA DO VALOR A SER CONTRATADO**

4.1 A proposta do participante deverá apontar o valor mensal que deseja receber pela locação do imóvel, que será avaliado pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, a qual apurará se o valor proposto está em conformidade com o valor de mercado.

4.2 O custo total desta contratação será definido após realização do chamamento público e será informado em adendo a este edital, após a emissão do Relatório.

4.2. O imóvel será submetido à avaliação da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, por meio de Laudo de Avaliação, atestando o valor de mercado do imóvel, e por representante da Secretaria de Saúde, para avaliar as condições de adequação do imóvel para a prestação do serviço de saúde.

## 5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

- A despesa decorrente da contratação correrá por conta da dotação orçamentária a ser definida após definição do

Projeto/Atividade: 3014.10.301.1015.2100

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte de Recursos: 051 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

- No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas ocorrerão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do

## 6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogável**, enquanto houver interesse público, mediante Termo Aditivo, vinculada a inclusão no Plano Plurianual – PPA, bem como nas próximas Leis Orçamentárias Anuais – LOA's e mediante a existência de Dotação Orçamentária, dentro do período.

## 7. REAJUSTE

- O contrato só poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da **data de assinatura do contrato** por ambas as partes contratantes, de acordo com a variação acumulada do IGP – M ou outro índice a ser estabelecido pelo Governo Municipal em Legislação própria posterior aplicável a espécie, conforme Legislação vigente a época do reajuste, observando-se como limite o valor praticado no mercado.
- Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrendo a preclusão do direito, nova solicitação só poderá ser feita após o decurso de novo interregno mínimo de um ano, contado na forma prevista neste

## 8. PRAZO DE COMPARECIMENTO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- O prazo estabelecido para que o Locador compareça a Sede desta **Secretaria de Saúde** para a assinatura do Instrumento Contratual será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

## 9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- A entrega do imóvel dar-se-á após a assinatura do contrato e/ou data do Termo de Entrega das chaves;
- No Laudo de Vistoria constará do relatório fotográfico, apontando a situação em que se encontra o imóvel, bem como de seus maquinários, quando do início da locação, a fim de que sejam resguardados os direitos e obrigações das partes contratantes;
- As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo **LOCADOR**, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil;

9.4.1 O **LOCATÁRIO** fica, desde já autorizado a fazer no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

9.5. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

- – Entregar o imóvel nas condições contratadas, incluindo piso, instalação hidráulica, instalação elétrica, instalação de combate a incêndio, forro, pintura, paredes e sanitário(s) feminino(s) e masculino(s), equipamentos de ar-condicionado;
- - Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel, resguardando o LOCATÁRIO dos embaraços e turbações de terceiros, que tenham ou pretendam ter direito sobre coisa
- – Responder pelos vícios ou defeitos anteriores a locação;
- Pagar os impostos (IPTU e TPEI) incidentes sobre o imóvel;
- Incorrer nas despesas relacionadas com:
  1. a) as obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;
  2. b) desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, a presente locação.
- - Manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, para comprovação sempre que necessária junto ao Governo do Município de Camaragibe-PE, apresentando, mensalmente, as certidões negativas de débito necessárias à liquidação e pagamento da despesa
- – Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria de Saúde.
- – Responder pelos danos diretamente causados ao Poder Público Municipal ou a terceiro, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo

- - O **LOCADOR** deverá informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
- - O **LOCADOR** observará as demais disposições previstas na Lei Federal nº 245/91.
- – O LOCADOR responderá pelos débitos de energia elétrica, de prêmio de seguro contra fogo, de gás, de água e de serviço de telefonia ou de outros meios de comunicação anteriores à locação;
- - Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro desta natureza;
- Fornecer ao LOCATÁRIO descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente as enumeradas no parágrafo único do 22 da Lei Federal nº 8.245/91
- Averbar o presente contrato junto à matrícula do imóvel logo após a sua publicação;
- Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual;
- Pagar as taxas de administração imobiliária e de intermediações, se existirem.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO

### Obriga-se o Locatário a:

- – O LOCATÁRIO deverá servir-se do imóvel para o fim previamente convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
- – **Designar Servidor** responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que deverá ser o elemento de ligação entre as partes e de responder em nome do órgão pela relação técnica e administrativa entre as partes;
- – Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços prestados;
- – Aplicar a **LOCADORA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- – Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;
- – Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, ocorrências de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando o prazo para sua correção.
- - O **LOCATÁRIO** “deverá comunicar ao locador qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros”
- - Realizar reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
- - Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendo assegurado ao **LOCATÁRIO** o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 245, de 1991;
- - Entregar imediatamente ao **LOCADOR** os documentos de cobrança de tributos e encargos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao **LOCATÁRIO**;
- - Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, água, esgoto e gás, se houver gás encanado;
- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 245, de 1991;
- Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do Locador;
- Se durante a locação, se deteriorar a coisa alugada, sem culpa do locatário, a este caberá pedir redução proporcional do aluguel, ou resolver o contrato, caso já não sirva a coisa para o fim a que se destinava;
- O LOCATÁRIO deverá restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, salvo os desgastes e

## **12. REGIME DE EXECUÇÃO:**

O regime de execução do objeto deste Edital é o de Empreitada por preço Unitário.

## **13. DA FORMA DE PAGAMENTO**

- O **LOCADOR** deverá apresentar, mensalmente, recibo de locação emitido e entregue ao gestor do contrato, para fins de liquidação e pagamento;
- O pagamento será efetuado pelo **LOCATÁRIO** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, após atesto do recibo de locação, mediante ordem bancária creditada em conta corrente a ser informada pelo

## **14. DAS PENALIDADES:**

**14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, ou pelo atraso injustificado na execução do objeto desta licitação, a Administração poderá, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações, devidamente garantida à prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor da contratação e demais cominações legais, as penalidades de:**

- Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço;
- Multa, pelo descumprimento das obrigações contratuais;
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  2. Ensejar retardamento da execução de seu objeto,
  3. Não manter a proposta,
  4. Falhar na execução do contrato,
  5. Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 02 anos e, no máximo, pelo prazo de até 05 anos, entre outros comportamentos, e em especial quando:
    1. Apresentar documentação falsa;
    2. Comportar-se de modo inidôneo;
    3. Cometer fraude fiscal;
    4. Fizer declaração falsa;
    5. Fraudar na execução do
- Para condutas descritas nas alíneas dos subitens 14.1.3 e 14.1.4, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do
- O retardamento da execução previsto na alínea “b” do subitem 14.1.3 estará configurado quando a CONTRATADA:
    - Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;
    - Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias
- Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata a alínea “d” do subitem 14.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 7.
- A falha na execução do contrato prevista na alínea “d” do subitem 1.3 estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 14.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO PONTOS DA INFRAÇÃO

1	2
2	3

3	4
4	5
5	8
6	10

- O comportamento inidôneo previsto no subitem 1.4, alínea b, estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

GRAU CORRESPONDÊNCIA

1	0,2% sobre o valor global do contrato
2	0,4% sobre o valor global do contrato
3	0,8% sobre o valor global do contrato
4	1,6% sobre o valor global do contrato
5	3,2% sobre o valor global do contrato
6	4,0% sobre o valor global do contrato

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência

6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

**PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

- A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a de declaração de inidoneidade estabelecida no item 1 desta cláusula.
- As infrações serão consideradas reincidentes se a CONTRATADA cometer a mesma infração durante a vigência do contrato, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado;
- A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento

## **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Secretaria de Saúde ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- O representante da Secretaria de Saúde anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designada Gestora do Contrato a Sra. Ana Perez P. M. Lyra , matrícula nº 4.0065787.6 e como FISCAL DO CONTRATO para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, a servidora do município, Sra. Ana Sibebe de Carvalho, Matrícula nº 4.0065787.6.

## 15.3 Compete ao fiscal do contrato:

- Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do Edital, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da contratante quanto da contratada.
- Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (art. 68 da Lei nº 8.666/93) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do
- Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais
- Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- Recusar serviço irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no Edital e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada;
- Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

## 15.4 Cabe ao Gestor do Contrato:

- Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à contratada;
- Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas
- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar à Secretaria de Administração a minuta do termo aditivo de renovação contratual com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do termo final;
- Acompanhar a evolução dos preços de mercado referentes ao objeto contratado e informar à unidade competente as oscilações bruscas;
- Fiscalizar a averbação do contrato junto à matrícula do imóvel, a ser efetuada pelo

## 16. CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA LOCAÇÃO:

O imóvel deverá apresentar as seguintes características:

- **Localização no bairro do Timbi de Camaragibe para proporcionar facilidade de acesso aos usuários da UBS Timbi;**
- Deve possuir no mínimo 01 (um) salão de espera, 01 (uma) sala do atendente, 01 (um) consultório médico com banheiro, 02 (dois) consultórios da enfermagem/médico, 01 (uma) sala de vacinação, 01 (uma) sala de nebulização, 01 (uma) sala de esterilização, 01 (uma) sala da farmácia, 02 (dois) banheiros para funcionários, 01 (uma) sala de curativo, 01 (uma) copa, 01 (uma) garagem com cobert e 01 (uma) área no subsolo.
- Deve possuir área construída mínima de 268 m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e oito metros quadrados) para acomodar a **UBS de Timbi**.
- Dispor de boas condições de rede lógica, incluindo cabeamento e oferta de pontos de voz e de dados;
- Dispor de boas condições e infra-estrutura de instalações de ares-condicionados para instalação e funcionamento, nos prazos previstos neste Edital, da sede da **Secretaria de Saúde**.

## 17. PROPOSTAS

- Poderão entregar propostas pessoas físicas ou jurídicas que atendam às condições exigidas neste Edital, até 05 dias corridos após a publicação deste Edital, quando o quinto dia cair em dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente para o fim do prazo.
- A proponente deverá apresentar proposta de preços e demais documentos, digitalizados, para o e-mail: [fms@camaragibe.pe.gov.br](mailto:fms@camaragibe.pe.gov.br)
- O e-mail com a proposta deverá indicar o número do processo licitatório e da dispensa de licitação no assunto do e-mail, ex.: **PROPOSTA – PROCESSO LICITATORIO N 050/2021 – DISPENSA N 020/2021**.
- As propostas enviadas sem o assunto, ou fora do prazo serão desclassificadas.
- O valor da locação deverá ser compatível com o preço de mercado, mediante prévia avaliação, conforme orienta o Inciso X, do Art. 24 da lei 8666/93.
- Vencerá o valor da menor proposta que esteja com os valores de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

### 17.7 Não poderão participar:

- Pessoas físicas ou jurídicas suspensas de participar de licitação e impedida de contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
  - Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 666/93;
  - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 
- As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:
    - – Dados do participante: nome/razão social, CPF/CNPJ, telefone, endereço, e-mail de contato;
    - – Endereço do imóvel;
    - – Valor do aluguel pretendido, anual e mensal;

- – Valor do condomínio, se houver;
  - – Documento comprobatório de propriedade do imóvel, de preferência cópia da certidão de registro do imóvel;
  - – Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e
  - - Certidão negativa de débitos quanto à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI;
  - – Declaração anual de quitação de débitos de energia elétrica (CELPE);
  - - Declaração anual de quitação de débitos de água e esgoto (COMPESA);
  - - Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, atualizada até dois meses antes da assinatura do
  -
- Os documentos abaixo também deverão acompanhar a proposta:

I – quando se tratar de pessoa física:

1. cópia da cédula de identidade e do CPF; e
2. cópia do comprovante de residência;

II – quando se tratar de pessoa jurídica:

1. registro comercial, no caso de locador empresa individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de locador sociedade empresarial;
3. inscrição do ato constitutivo, no caso de locador sociedade civil;
4. certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal da localidade onde está situado o imóvel;
5. certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
6. prova da regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e
7. prova da regularidade relativa aos débitos trabalhistas –

- A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da entrega da
- Serão consideradas válidas as propostas que cumprirem as exigências e os critérios objetivos contidos no item 16, assim como as que contiverem a documentação exigida nos subitens 9 e 17.10 em situação de regularidade;
- A proposta de menor valor, entre as consideradas válidas, será encaminhada à **SECRETARIA DE SAÚDE**, para análise e aprovação, quanto ao atendimento do imóvel às condições de localização e instalação, descritas no Edital.
- Após aprovação da **SESAU**, a Comissão Especial de Administração procederá com a avaliação do imóvel escolhido, emitindo ao final Laudo de Avaliação do imóvel, atestando o valor de mercado;
- Após a conclusão do Laudo de Avaliação, o proprietário do imóvel escolhido será convocado para a assinatura do
- O Chamamento Público não implica obrigatoriedade de contratação.

## 18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Após o recebimento da documentação, será necessária a apresentação dos mesmos na via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos nos termos da Legislação pertinente;
- O contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245,

de

Camaragibe, 13 de julho de 2021.

ANA PEREZ P. M. LYRA

Matrícula nº 4.0065787.6

ANTÔNIO AMATO

Secretário de Saúde

Publicado por: Arthur Henrique Borba  
Código Identificador: 230721012223

**EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO - LOCAÇÃO SRT08  
SECRETARIA DE SAÚDE- 23/07/2021**

**EDITAL nº 02/2021 – CHAMAMENTO PÚBLICO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2021 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

1. **OBJETO**

- Chamamento público para que possíveis interessados apresentem propostas para locação de imóvel no Município de Camaragibe para instalação e funcionamento da sede do **Serviço de Residência Terapêutica 08 – SRT 08, no bairro do Timbi.**

2. **JUSTIFICATIVA**

- A presente dispensa de licitação tem por objetivo a locação de imóvel que possibilite o funcionamento, de forma adequada, da sede do **Serviço de Residência Terapêutica 08 – SRT 08, no bairro do Timbi.**
- A Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo dar continuidade ao Serviço Residencial Terapêutico, mais conhecido como Residência Terapêutica que faz parte da Política Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde e tem como premissa básica a implantação e consolidação de um modelo de atenção à saúde mental voltado para a inserção social dos portadores de transtornos mentais na comunidade.
- As Residências Terapêuticas são moradias inseridas na comunidade, destinadas a pessoas que em algum momento de suas vidas foram alcunhadas de "loucas", caracteriza-se como um serviço substitutivo dos antigos "manicômios", que visa o atendimento dos portadores de transtornos mentais egressos de longo período de internação psiquiátrica e que não possuem vínculo familiar e/ou suporte social.
- Esse processo nem sempre substitui a necessidade de hospitalização, em alguns casos mais severos, uma vez que se trata de um processo complexo, que demanda a implantação de uma rede de atenção comunitária à saúde mental sólida e integrada.

- Essas Residências Terapêuticas necessitam observar características físicas e funcionais, cada casa deve estar inserida em bairros da cidade, ou seja, em contato com a comunidade. Nela deverá morar um número de pacientes que pode variar de uma pessoa até no máximo um pequeno grupo de oito.
- É importante frisar a relevância da Residência Terapêutica na reestruturação da saúde mental no Brasil, com vistas à integração social do portador de transtorno mental egresso de hospital psiquiátrico. Um serviço capaz de acolher o portador de transtorno mental, de respeitar os seus direitos como cidadão e como sujeito em condição de viver em comunidade, ou seja, prima pela qualidade de vida de seus usuários, dentro de suas comunidades. Desta forma, é imprescindível o aluguel de residência para manter em funcionamento o Serviço de Residência Terapêutica no bairro do Timbi.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Com base no que preleciona o Inciso X do Art.24 da Lei 8.666/1993, é dispensável a licitação, uma vez que para a presente locação destina-se ao atendimento das finalidades precípuas desta Secretaria, no caso, o funcionamento específico da Sede **do Serviço de Residência Terapêutica 08 – SRT 08, no bairro do Timbi**, no município de Camaragibe, cujas necessidades de instalação e localização imputaram a sua escolha.

No caso, a locação de imóveis para uso pela administração pública está disciplinada no ordenamento jurídico pátrio, especificamente na Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe:

“Art. 2º- As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

“Art.24- É dispensável a licitação:

(...)

X – para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”

Dando interpretação ao dispositivo legal acima transcrito, o TCU, através do Acórdão 444/2008 Plenário, proferiu o seguinte entendimento:

“Em princípio, a Administração compra ou loca mediante licitação, tais e tantas podem ser as contingências do mercado, variáveis no tempo e no espaço, a viabilizarem a competição. Mas se a operação tiver por alvo imóvel que atenda a necessidades específicas cumuladas de instalação e localização dos serviços, a área de competição pode estreitar-se de modo a ensejar a dispensa... Nestas circunstâncias, e somente nelas, a Administração comprará ou locará diretamente, inclusive para que não se frustrate a finalidade a acudir” (Jessé Torres Pereira Júnior, Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 5ª Edição, pag. 277). Acórdão 444/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

Consoante se extrai da transcrição da legislação acima transcrita, a locação de imóvel pelo Poder Público poderá ser realizada por dispensa de licitação, desde: (a) que as características do imóvel atendam às finalidades precípuas da Administração Pública; (b) que haja avaliação prévia; e (c) que o preço seja compatível com o valor de mercado.

O contrato de locação em que o Poder Público seja locatário encontra-se previsto no art. 62, § 3º, I, da Lei nº 8.666, de 1993, aplicando-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 da referida Lei e demais normas gerais, no que couber, (normas tipicamente de Direito Administrativo), bem como serão aplicados as regras de Direito Privado, previstas na legislação sobre locação para fins não residenciais, isto é, a Lei do Inquilinato nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, *in verbis*:

“Art. 62 - ( ... )

- 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado”

## **4. JUSTIFICATIVA DO VALOR A SER CONTRATADO**

4.1 A proposta do participante deverá apontar o valor mensal que deseja receber pela locação do imóvel , que será avaliado pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, a qual apurará se o valor proposto está em conformidade com o valor de mercado.

4.2 O custo total desta contratação será definido após realização do chamamento público e será informado em adendo a este edital, após a emissão do Relatório.

4.2. O imóvel será submetido à avaliação da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, por meio de Laudo de Avaliação, atestando o valor de mercado do imóvel, e por representante da Secretaria de Saúde, para avaliar as condições de adequação do imóvel para a prestação do serviço de saúde.

## **5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**

- A despesa decorrente da contratação correrá por conta da dotação orçamentária a ser definida após definição do

Projeto/Atividade: 3014.10.302.1015.2115

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte de Recursos: 051 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

- No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas ocorrerão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do

## 6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogável**, enquanto houver interesse público, mediante Termo Aditivo, vinculada a inclusão no Plano Plurianual – PPA, bem como nas próximas Leis Orçamentárias Anuais – LOA's e mediante a existência de Dotação Orçamentária, dentro do período.

## 7. REAJUSTE

- O contrato só poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da **data de assinatura do contrato** por ambas as partes contratantes, de acordo com a variação acumulada do IGP – M ou outro índice a ser estabelecido pelo Governo Municipal em Legislação própria posterior aplicável a espécie, conforme Legislação vigente a época do reajuste, observando-se como limite o valor praticado no mercado.
- Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrendo a preclusão do direito, nova solicitação só poderá ser feita após o decurso de novo interregno mínimo de um ano, contado na forma prevista neste

## 8. PRAZO DE COMPARECIMENTO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- O prazo estabelecido para que o Locador compareça a Sede desta **Secretaria de Saúde** para a assinatura do Instrumento Contratual será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

## 9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- A entrega do imóvel dar-se-á após a assinatura do contrato e/ou data do Termo de Entrega das chaves;
- No Laudo de Vistoria constará do relatório fotográfico, apontando a situação em que se encontra o imóvel, bem como de seus maquinários, quando do início da locação, a fim de que sejam resguardados os direitos e obrigações das partes contratantes;
- As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo **LOCADOR**, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil;

9.4.1 O **LOCATÁRIO** fica, desde já autorizado a fazer no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

9.5. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

- – Entregar o imóvel nas condições contratadas, incluindo piso, instalação hidráulica, instalação elétrica, instalação de combate a incêndio, forro, pintura, paredes e sanitário(s) feminino(s) e masculino(s), equipamentos de ar-condicionado;
- - Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel, resguardando o LOCATÁRIO dos embaraços e turbações de terceiros, que tenham ou pretendam ter direito sobre coisa
- – Responder pelos vícios ou defeitos anteriores a locação;
- Pagar os impostos (IPTU e TPEI) incidentes sobre o imóvel;
- Incorrer nas despesas relacionadas com:
  1. a) as obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;
  2. b) desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, a presente locação.
- - Manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, para comprovação sempre que necessária junto ao Governo Municipal, apresentando, mensalmente, as certidões negativas de débito necessárias à liquidação e pagamento da despesa
- – Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria de Saúde.
- – Responder pelos danos diretamente causados ao Poder Público Municipal ou a terceiro, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo **LOCATÁRIO**.
- - O **LOCADOR** deverá informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
- - O **LOCADOR** observará as demais disposições previstas na Lei Federal nº 245/91.
- – O LOCADOR responderá pelos débitos de energia elétrica, de prêmio de seguro contra fogo, de gás, de água e de serviço de telefonia ou de outros meios de comunicação anteriores à locação;
- - Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro desta natureza;
- Fornecer ao LOCATÁRIO descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente as enumeradas no parágrafo único do 22 da Lei Federal nº 8.245/91
- Averbar o presente contrato junto à matrícula do imóvel logo após a sua publicação;
- Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das

sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual;

- Pagar as taxas de administração imobiliária e de intermediações, se existirem.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO

### Obriga-se o Locatário a:

- – O LOCATÁRIO deverá servir-se do imóvel para o fim previamente convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
- – **Designar Servidor** responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que deverá ser o elemento de ligação entre as partes e de responder em nome do órgão pela relação técnica e administrativa entre as partes;
- – Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços prestados;
- – Aplicar a **LOCADORA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- – Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;
- – Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, ocorrências de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando o prazo para sua correção.
- - O **LOCATÁRIO** “deverá comunicar ao locador qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros”
- - Realizar reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
- - Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendo assegurado ao **LOCATÁRIO** o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 245, de 1991;
- - Entregar imediatamente ao **LOCADOR** os documentos de cobrança de tributos e encargos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao **LOCATÁRIO**;
- - Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, água, esgoto e gás, se houver gás encanado;
- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 245, de 1991;
- Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do Locador;
- Se durante a locação, se deteriorar a coisa alugada, sem culpa do locatário, a este caberá pedir redução proporcional do aluguel, ou resolver o contrato, caso já não sirva a coisa para o fim a que se destinava;
- O LOCATÁRIO deverá restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal e aquelas decorrentes de caso fortuito ou força

## 12. REGIME DE EXECUÇÃO:

O regime de execução do objeto deste Edital é o de Empreitada por preço Unitário.

## 13. DA FORMA DE PAGAMENTO

- O **LOCADOR** deverá apresentar, mensalmente, recibo de locação emitido e entregue ao gestor do contrato, para fins de liquidação e pagamento;
- O pagamento será efetuado pelo **LOCATÁRIO** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, após atesto do recibo de locação, mediante ordem bancária creditada em conta corrente a ser informada pelo

## **14. DAS PENALIDADES:**

**14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, ou pelo atraso injustificado na execução do objeto desta licitação, a Administração poderá, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações, devidamente garantida à prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor da contratação e demais cominações legais, as penalidades de:**

- Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço;
- Multa, pelo descumprimento das obrigações contratuais;
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:
  1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  2. Ensejar retardamento da execução de seu objeto,
  3. Não mantiver a proposta,
  4. Falhar na execução do contrato,
  5. Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 02 anos e, no máximo, pelo prazo de até 05 anos, entre outros comportamentos, e em especial quando:

1. Apresentar documentação falsa;
  2. Comportar-se de modo inidôneo;
  3. Cometer fraude fiscal;
  4. Fizer declaração falsa;
  5. Fraudar na execução do
- Para condutas descritas nas alíneas dos subitens 14.1.3 e 14.1.4, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do
  - O retardamento da execução previsto na alínea “b” do subitem 14.1.3 estará configurado quando a CONTRATADA:
  - Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;
  - Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias
  - Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata a alínea “d” do subitem 14.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 7.
  - A falha na execução do contrato prevista na alínea “d” do subitem 1.3 estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 14.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO PONTOS DA INFRAÇÃO

1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- O comportamento inidôneo previsto no subitem 1.4, alínea b, estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas

tabelas seguintes:

**Tabela 2**

GRAU CORRESPONDÊNCIA

1	0,2% sobre o valor global do contrato
2	0,4% sobre o valor global do contrato
3	0,8% sobre o valor global do contrato
4	1,6% sobre o valor global do contrato
5	3,2% sobre o valor global do contrato
6	4,0% sobre o valor global do contrato

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

**PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

- A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a de declaração de inidoneidade estabelecida no item 1 desta cláusula.
- As infrações serão consideradas reincidentes se a CONTRATADA cometer a mesma infração durante a vigência contratual, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado;
- A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento

## 15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Secretaria de Saúde ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- O representante da Secretaria de Saúde anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designada Gestora do Contrato a Sra. Norma Maria de Sousa Cassimiro, CPF/MF nº 459.328.164-49, matrícula nº 8.0003228.4 e como FISCAL DO CONTRATO para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, a servidora do município, Sra. Samantha Liege de Sousa Cassimiro, CPF/MF nº 092.975.904-46, Matrícula nº 8004432.4.

## 15.3 Compete ao fiscal do contrato:

- Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do Edital, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da contratante quanto da contratada.
- Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (art. 68 da Lei nº 8.666/93) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do
- Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais
- Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- Recusar serviço irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no Edital e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada;
- Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

## 15.4 Cabe ao Gestor do Contrato:

- Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à contratada;
- Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas
- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar à Secretaria de Administração a minuta do termo aditivo de renovação contratual com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do termo final;
- Acompanhar a evolução dos preços de mercado referentes ao objeto contratado e informar à unidade competente as oscilações bruscas;
- Fiscalizar a averbação do contrato junto à matrícula do imóvel, a ser efetuada pelo

## 16. CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA LOCAÇÃO:

O imóvel deverá apresentar as seguintes características:

- **Localização no bairro do TIMBI de Camaragibe para proporcionar facilidade de acesso aos usuários do Serviço de Residência Terapêutica 08**

- ;
- Deve possuir no mínimo: 01 (um) terraço, 02 (duas) salas, 01 (uma) suíte, 02 (duas) áreas cobertas para garagem, 03 (três) banheiros, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço e 01 (um) depósito.
- Deve possuir área construída mínima de 208 m<sup>2</sup> (duzentos e oito metros quadrados) para acomodar o **Serviço de Residência Terapêutica 08**.
- Dispor de boas condições de rede lógica, incluindo cabeamento e oferta de pontos de voz e de dados;
- Dispor de boas condições e infra-estrutura de instalações de ares-condicionados para instalação e funcionamento, nos prazos previstos neste Edital, da sede da **Secretaria de Saúde**.

## 17. PROPOSTAS

- Poderão entregar propostas pessoas físicas ou jurídicas que atendam às condições exigidas neste Edital, até 05 dias corridos após a publicação deste Edital, quando o quinto dia cair em dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente para o fim do prazo.
- A proponente deverá apresentar proposta de preços e demais documentos, digitalizados, para o e-mail: [fms@camaragibe.pe.gov.br](mailto:fms@camaragibe.pe.gov.br)
- O e-mail com a proposta deverá indicar o número do processo licitatório e da dispensa de licitação no assunto do e-mail, ex.: **PROPOSTA – PROCESSO LICITATORIO N 060/2021 – DISPENSA N 024/2021**.
- As propostas enviadas sem o assunto, ou fora do prazo serão desclassificadas.
- O valor da locação deverá ser compatível com o preço de mercado, mediante prévia avaliação, conforme orienta o Inciso X, do Art. 24 da lei 8666/93.
- Vencerá o valor da menor proposta que esteja com os valores de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

### 17.7 Não poderão participar:

- Pessoas físicas ou jurídicas suspensas de participar de licitação e impedida de contratar com o Estado de Pernambuco, durante o prazo da sanção aplicada;
  - Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 666/93;
  - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:
    - Dados do participante: nome/razão social, CPF/CNPJ, telefone, endereço, e-mail de contato;
    - Endereço do imóvel;
    - Valor do aluguel pretendido, anual e mensal;
    - Valor do condomínio, se houver;
    - Documento comprobatório de propriedade do imóvel, de preferência cópia da certidão de registro do imóvel;
    - Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e
    - Certidão negativa de débitos quanto à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI;
    - Declaração anual de quitação de débitos de energia elétrica (CELPE);
    - Declaração anual de quitação de débitos de água e esgoto (COMPESA);
    - Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, atualizada até dois meses antes da assinatura do

- 
- Os documentos abaixo também deverão acompanhar a proposta: I

I – quando se tratar de pessoa física:

1. cópia da cédula de identidade e do CPF; e
2. cópia do comprovante de residência;

II – quando se tratar de pessoa jurídica:

1. registro comercial, no caso de locador empresa individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de locador sociedade empresarial;
3. inscrição do ato constitutivo, no caso de locador sociedade civil;
4. certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal da localidade onde está situado o imóvel;
5. certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
6. prova da regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e
7. prova da regularidade relativa aos débitos trabalhistas –

- A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da entrega da
- Serão consideradas válidas as propostas que cumprirem as exigências e os critérios objetivos contidos no item 16, assim como as que contiverem a documentação exigida nos subitens 8 e 17.9 em situação de regularidade;
- A proposta de menor valor, entre as consideradas válidas, será encaminhada à **SECRETARIA DE SAÚDE**, para análise e aprovação, quanto ao atendimento do imóvel às condições de localização e instalação, descritas no Edital.
- Após aprovação da **SESAU**, a Comissão Especial de Administração procederá com a avaliação do imóvel escolhido, emitindo ao final Laudo de Avaliação do imóvel, atestando o valor de mercado;
- Após a conclusão do Laudo de Avaliação, o proprietário do imóvel escolhido será convocado para a assinatura do
- O Chamamento Público não implica obrigatoriedade de contratação.

## 18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Após o recebimento da documentação, será necessária a apresentação dos mesmos na via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos nos termos da Legislação pertinente;
- O contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de

Camaragibe, 13 de junho de 2021.

**EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO - LOCAÇÃO AMBULATÓRIO LGBT  
SECRETARIA DE SAÚDE- 23/07/2021**

**EDITAL Nº 03/2021 – CHAMAMENTO PÚBLICO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2021 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

1. **OBJETO**

- Chamamento público para que possíveis interessados apresentem propostas para locação de imóvel no Município de Camaragibe para instalação e funcionamento da sede do **Ambulatório LGBT, no bairro Novo do Carmelo**.

2. **JUSTIFICATIVA**

- A presente dispensa de licitação tem por objetivo a locação de imóvel que possibilite o funcionamento, de forma adequada, da sede do **Ambulatório LGBT, no bairro Novo do Carmelo**.
- .A Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo dar continuidade ao serviço do Ambulatório LGBT, no bairro Novo Carmelo, pois é o primeiro ambulatório para cuidar da saúde das pessoas LBGT em Camaragibe. Com isso a nossa cidade é a segunda do estado de Pernambuco a oferecer atendimentos especializados a esta população.
- Esse tipo de Política Municipal de Atenção Integral à População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Assim, a política pública ajuda a eliminar a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação do Sistema Único de Saúde. O Serviço não desvincula a pessoa de seu território, e na maioria das vezes aproxima a população LGBT da Unidade de Saúde da Família.
- Desta forma, é imprescindível a manutenção do serviço e por não dispormos de imóvel próprio para, é necessário a locação.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO**

# CHAMAMENTO PÚBLICO

Com base no que preleciona o Inciso X do Art.24 da Lei 8.666/1993, é dispensável a licitação, uma vez que para a presente locação destina-se ao atendimento das finalidades precípuas desta Secretaria, no caso, o funcionamento específico da Sede **Ambulatório LGBT, no bairro Novo do Carmelo**, no município de Camaragibe, cujas necessidades de instalação e localização imputaram a sua escolha.

No caso, a locação de imóveis para uso pela administração pública está disciplinada no ordenamento jurídico pátrio, especificamente na Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe:

“Art. 2º- As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

“Art.24- É dispensável a licitação:

(...)

X – para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”

Dando interpretação ao dispositivo legal acima transcrito, o TCU, através do Acórdão 444/2008 Plenário, proferiu o seguinte entendimento:

“Em princípio, a Administração compra ou loca mediante licitação, tais e tantas podem ser as contingências do mercado, variáveis no tempo e no espaço, a viabilizarem a competição. Mas se a operação tiver por alvo imóvel que atenda a necessidades específicas cumuladas de instalação e localização dos serviços, a área de competição pode estreitar-se de modo a ensejar a dispensa... Nestas circunstâncias, e somente nelas, a Administração comprará ou locará diretamente, inclusive para que não se frustrate a finalidade a acudir” (Jessé Torres Pereira Júnior, Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 5ª Edição, pag. 277). Acórdão 444/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

Consoante se extrai da transcrição da legislação acima transcrita, a locação de imóvel pelo Poder Público poderá ser realizada por dispensa de licitação, desde: (a) que as características do imóvel atendam às finalidades precípuas da Administração Pública; (b) que haja avaliação prévia; e (c) que o preço seja compatível com o valor de mercado.

O contrato de locação em que o Poder Público seja locatário encontra-se previsto no art. 62, § 3º, I, da Lei nº 8.666, de 1993, aplicando-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 da referida Lei e demais normas gerais, no que couber, (normas tipicamente de Direito Administrativo), bem como serão aplicados as regras de Direito Privado, previstas na legislação sobre locação para fins não residenciais, isto é, a Lei do Inquilinato nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, *in verbis*:

“Art. 62 - ( .. )

- 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado”

## **4. JUSTIFICATIVA DO VALOR A SER CONTRATADO**

4.1 A proposta do participante deverá apontar o valor mensal que deseja receber pela locação do imóvel , que será avaliado pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, a qual apurará se o valor proposto está em conformidade com o valor de mercado.

4.2 O custo total desta contratação será definido após realização do chamamento público e será informado em adendo a este edital, após a emissão do Relatório.

4.3. O imóvel será submetido à avaliação da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, por meio de Laudo de Avaliação, atestando o valor de mercado do imóvel, e por representante da Secretaria de Saúde, para avaliar as condições de adequação do imóvel para a prestação do serviço de saúde.

## **5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**

- A despesa decorrente da contratação correrá por conta da dotação orçamentária a ser definida após definição do

Projeto/Atividade: 3014.10.302.1015.2111

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte de Recursos: 051 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

- No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas ocorrerão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma

natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do

## 6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogável**, enquanto houver interesse público, mediante Termo Aditivo, vinculada a inclusão no Plano Plurianual – PPA, bem como nas próximas Leis Orçamentárias Anuais – LOA's e mediante a existência de Dotação Orçamentária, dentro do período.

## 7. REAJUSTE

- O contrato só poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da **data de assinatura do contrato** por ambas as partes contratantes, de acordo com a variação acumulada do IGP – M ou outro índice a ser estabelecido pelo Governo Municipal em Legislação própria posterior aplicável a espécie, conforme Legislação vigente a época do reajuste, observando-se como limite o valo praticado no mercado.
- Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrendo a preclusão do direito, nova solicitação só poderá ser feita após o decurso de novo interregno mínimo de um ano, contado na forma prevista neste

## 8. PRAZO DE COMPARECIMENTO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- O prazo estabelecido para que o Locador compareça a Sede desta **Secretaria de Saúde** para a assinatura do Instrumento Contratual será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

## 9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- A entrega do imóvel dar-se-á após a assinatura do contrato e/ou data do Termo de Entrega das chaves;
- No Laudo de Vistoria constará do relatório fotográfico, apontando a situação em que se encontra o imóvel, bem como de seus maquinários, quando do início da locação, a fim de que sejam resguardados os direitos e obrigações das partes contratantes;
- As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo **LOCADOR**, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil;

9.4.1 O **LOCATÁRIO** fica, desde já autorizado a fazer no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

9.5. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

- – Entregar o imóvel nas condições contratadas, incluindo piso, instalação hidráulica, instalação elétrica, instalação de combate a incêndio, forro, pintura, paredes e sanitário(s) feminino(s) e masculino(s), equipamentos de ar-condicionado;
- - Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel, resguardando o LOCATÁRIO dos embaraços e turbações de terceiros, que tenham ou pretendam ter direito sobre coisa
- – Responder pelos vícios ou defeitos anteriores a locação;
- Pagar os impostos (IPTU e TPEI) incidentes sobre o imóvel;
- Incorrer nas despesas relacionadas com:
  1. a) as obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;
  2. b) desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, a presente locação.
- - Manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, para comprovação sempre que necessária junto ao Governo do Município de Camaragibe-PE, apresentando, mensalmente, as certidões negativas de débito necessárias à liquidação e pagamento da despesa
- – Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria de Saúde.
- – Responder pelos danos diretamente causados ao Poder Público Municipal ou a terceiro, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo **LOCATÁRIO**.
- - O **LOCADOR** deverá informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
- - O **LOCADOR** observará as demais disposições previstas na Lei Federal nº 245/91.
- – O LOCADOR responderá pelos débitos de energia elétrica, de prêmio de seguro contra fogo, de gás, de água e de serviço de telefonia ou de outros meios de comunicação anteriores à locação;
- - Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro desta natureza;
- Fornecer ao LOCATÁRIO descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente as enumeradas no parágrafo único do 22 da Lei Federal nº 8.245/91
- Averbar o presente contrato junto à matrícula do imóvel logo após a sua publicação;
- Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual;
- Pagar as taxas de administração imobiliária e de intermediações, se existirem.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO

### Obriga-se o Locatário a:

- – O **LOCATÁRIO** deverá servir-se do imóvel para o fim previamente convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
- – **Designar Servidor** responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que deverá ser o elemento de ligação entre as partes e de responder em nome do órgão pela relação técnica e administrativa entre as partes;
- – Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços prestados;
- – Aplicar a **LOCADORA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- – Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;
- – Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, ocorrências de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando o prazo para sua correção.
- - O **LOCATÁRIO** “deverá comunicar ao locador qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros”
- - Realizar reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
- - Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do **LOCADOR**, sendo assegurado ao **LOCATÁRIO** o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 245, de 1991;
- - Entregar imediatamente ao **LOCADOR** os documentos de cobrança de tributos e encargos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao **LOCATÁRIO**;
- - Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, água, esgoto e gás, se houver gás encanado;
- Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 245, de 1991;
- Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do Locador;
- Se durante a locação, se deteriorar a coisa alugada, sem culpa do locatário, a este caberá pedir redução proporcional do aluguel, ou resolver o contrato, caso já não sirva a coisa para o fim a que se destinava;
- O **LOCATÁRIO** deverá restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal e aquelas decorrentes de caso fortuito ou força

## 12. REGIME DE EXECUÇÃO:

O regime de execução do objeto deste Edital é o de Empreitada por preço Unitário.

## 13. DA FORMA DE PAGAMENTO

- O **LOCADOR** deverá apresentar, mensalmente, recibo de locação emitido e entregue ao gestor do contrato, para fins de liquidação e pagamento;
- O pagamento será efetuado pelo **LOCATÁRIO** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, após atesto do recibo de locação, mediante ordem bancária creditada em conta corrente a ser informada pelo

## 14. DAS PENALIDADES:

## **14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, ou pelo atraso injustificado na execução do objeto desta licitação, a Administração poderá, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações, devidamente garantida à prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor da contratação e demais cominações legais, as penalidades de:**

- Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço;
  
- Multa, pelo descumprimento das obrigações contratuais;
  
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:
  1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  2. Ensejar retardamento da execução de seu objeto,
  3. Não manter a proposta,
  4. Falhar na execução do contrato,
  5. Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
  
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 02 anos e, no máximo, pelo prazo de até 05 anos, entre outros comportamentos, e em especial quando:
  1. Apresentar documentação falsa;
  2. Comportar-se de modo inidôneo;
  3. Cometer fraude fiscal;
  4. Fizer declaração falsa;
  5. Fraudar na execução do
  
- Para condutas descritas nas alíneas dos subitens 14.1.3 e 14.1.4, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do
  
- O retardamento da execução previsto na alínea “b” do subitem 14.1.3 estará configurado quando a CONTRATADA:

- Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;
- Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias
- Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata a alínea “d” do subitem 14.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 7.
- A falha na execução do contrato prevista na alínea “d” do subitem 1.3 estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 14.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO PONTOS DA INFRAÇÃO

1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- O comportamento inidôneo previsto no subitem 1.4, alínea b, estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

## GRAU CORRESPONDÊNCIA

1	0,2% sobre o valor global do contrato
2	0,4% sobre o valor global do contrato
3	0,8% sobre o valor global do contrato
4	1,6% sobre o valor global do contrato
5	3,2% sobre o valor global do contrato
6	4,0% sobre o valor global do contrato

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

### PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência

- A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a de declaração de inidoneidade estabelecida no item 1 desta cláusula.
- As infrações serão consideradas reincidentes se a CONTRATADA cometer a mesma infração durante a vigência contratual, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado;
- A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento

## 15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Secretaria de Saúde ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- O representante da Secretaria de Saúde anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designada Gestora do Contrato a Sra. Cicera Eugênia Dantas da Cunha, CPF/MF nº 472.559.004-53, matrícula nº 0.0000630.1 e como FISCAL DO CONTRATO para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, a servidora do município, Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos, CPF/MF nº 043.003.124-60, Matrícula nº 0.8003843.1.

### 15.3 Compete ao fiscal do contrato:

- Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do Edital, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da contratante quanto da contratada.
- Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (art. 68 da Lei nº 8.666/93) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do

- Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais
- Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- Recusar serviço irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no Edital e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada;
- Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

## 15.4 Cabe ao Gestor do Contrato:

- Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à contratada;
- Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas
- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar à Secretaria de Administração a minuta do termo aditivo de renovação contratual com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do termo final;
- Acompanhar a evolução dos preços de mercado referentes ao objeto contratado e informar à unidade competente as oscilações bruscas;
- Fiscalizar a averbação do contrato junto à matrícula do imóvel, a ser efetuada pelo

## 16. CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA LOCAÇÃO:

O imóvel deverá apresentar as seguintes características:

- **Localização no bairro do Novo de Carmelo para proporcionar facilidade de acesso aos usuários do Serviço do Ambulatório LGBT;**
- Deve possuir no mínimo: 01 (um) vão aberto, 01 (um) terraço, 01 (uma) recepção, 03 (três) consultórios, 01 (uma) sala de gerência, 01 (um) almoxarifado, 01 (uma) cozinha/copa e 01 (um) banheiro.
- Deve possuir área construída mínima de 140 m<sup>2</sup> (cento e quarenta metros quadrados) para acomodar o **Serviço do Ambulatório LGBT.**
- Dispor de boas condições de rede lógica, incluindo cabeamento e oferta de pontos de voz e de dados;
- Dispor de boas condições e infra-estrutura de instalações de ar-condicionados para instalação e funcionamento, nos prazos previstos neste Edital, da sede da **Secretaria de Saúde.**

# 17. PROPOSTAS

- Poderão entregar propostas pessoas físicas ou jurídicas que atendam às condições exigidas neste Edital, até 05 dias corridos após a publicação deste Edital, quando o quinto dia cair em dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente para o fim do prazo.
- A proponente deverá apresentar proposta de preços e demais documentos, digitalizados, para o e-mail: [fms@camaragibe.pe.gov.br](mailto:fms@camaragibe.pe.gov.br)
- O e-mail com a proposta deverá indicar o número do processo licitatório e da dispensa de licitação no assunto do e-mail, ex.: **PROPOSTA – PROCESSO LICITATORIO N 046/2021 – DISPENSA N 016/2021**.
- As propostas enviadas sem o assunto, ou fora do prazo serão desclassificadas.
- O valor da locação deverá ser compatível com o preço de mercado, mediante prévia avaliação, conforme orienta o Inciso X, do Art. 24 da lei 8666/93.
- Vencerá o valor da menor proposta que esteja com os valores de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

## 17.7 Não poderão participar:

- Pessoas físicas ou jurídicas suspensas de participar de licitação e impedida de contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
  - Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 666/93;
  - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 
- As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:
    - – Dados do participante: nome/razão social, CPF/CNPJ, telefone, endereço, e-mail de contato;
    - – Endereço do imóvel;
    - – Valor do aluguel pretendido, anual e mensal;
    - – Valor do condomínio, se houver;
    - – Documento comprobatório de propriedade do imóvel, de preferência cópia da certidão de registro do imóvel;
    - – Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e
    - - Certidão negativa de débitos quanto à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI;
    - – Declaração anual de quitação de débitos de energia elétrica (CELPE);
    - - Declaração anual de quitação de débitos de água e esgoto (COMPESA);
    - - Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, atualizada até dois meses antes da assinatura do
    -
  - Os documentos abaixo também deverão acompanhar a proposta: I

I – quando se tratar de pessoa física:

1. cópia da cédula de identidade e do CPF; e
2. cópia do comprovante de residência;

II – quando se tratar de pessoa jurídica:

1. registro comercial, no caso de locador empresa individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de locador sociedade empresarial;
3. inscrição do ato constitutivo, no caso de locador sociedade civil;
4. certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal da localidade onde está situado o imóvel;
5. certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
6. prova da regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e
7. prova da regularidade relativa aos débitos trabalhistas –

- A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da entrega da
- Serão consideradas válidas as propostas que cumprirem as exigências e os critérios objetivos contidos no item 16, assim como as que contiverem a documentação exigida nos subitens 8 e 17.9 em situação de regularidade;
- A proposta de menor valor, entre as consideradas válidas, será encaminhada à **SECRETARIA DE SAÚDE**, para análise e aprovação, quanto ao atendimento do imóvel às condições de localização e instalação, descritas no Edital.
- Após aprovação da **SESAU**, a Comissão Especial de Administração procederá com a avaliação do imóvel escolhido, emitindo ao final Laudo de Avaliação do imóvel, atestando o valor de mercado;
- Após a conclusão do Laudo de Avaliação, o proprietário do imóvel escolhido será convocado para a assinatura do
- O Chamamento Público não implica obrigatoriedade de contratação.

## 18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Após o recebimento da documentação, será necessária a apresentação dos mesmos na via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos nos termos da Legislação pertinente;
- O contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de

Camargibe, 13 de julho de 2021.

Cicera Eugênia Dantas da Cunha

Matrícula nº 0.0000630.1

ANTÔNIO AMATO

Secretário de Saúde

**RESULTADO PRELIMINAR - SEGUNDA ETAPA - SELEÇÃO SIMPLIFICADA - EDITAL Nº 001/2021 E SUAS ALTERAÇÕES.  
SECRETARIA DE SAÚDE- 23/07/2021**

O Secretário de Saúde do município de Camaragibe, no uso de suas atribuições legais e regimentais, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR DA SEGUNDA ETAPA, SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMARAGIBE aberto pelo Edital nº 001/2021 e suas alterações, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica divulgado no ANEXO I desta publicação, o resultado preliminar dos candidatos inscritos às vagas reservadas à Pessoas com Deficiência, SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMARAGIBE aberto pelo Edital nº 001/2021 e suas alterações, conforme os critérios estabelecidos no item 5.

Art. 2º Fica divulgado no ANEXO II desta publicação, o resultado preliminar dos candidatos inscritos às vagas de ampla concorrência, SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE DE CAMARAGIBE aberto pelo Edital nº 001/2021 e suas alterações, conforme os critérios estabelecidos no item 5.

I - Conforme os critérios de desempate dispostos no item 7 do Edital de Abertura nº 001/2021 e suas alterações, ficam ordenados os seguintes candidatos empatados.

Art. 3º Quanto ao resultado preliminar da segunda etapa divulgado, os recursos poderão ser interpostos através do email: [recursoslecaosesau@camaragibe.pe.gov.br](mailto:recursoslecaosesau@camaragibe.pe.gov.br) conforme as regras do Edital número 001/2021 e suas alterações. Os recursos poderão ser interpostos exclusivamente no dia 26 de julho de 2021 até às 23:59 (horário de Brasília).

I - Ao interpor o recurso o candidato deverá inserir o seu nome completo, número da inscrição e texto referente ao recurso.

Camaragibe-PE, 23 de julho de 2021.

**ANTONIO AMATO**

Secretário Municipal de Saúde

## ANEXO I

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
202139828	AMANDA FANGUNDES XIMENES

## ANEXO II

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
202129212	ADEILZA BEZERRA OLIVEIRA
202153416	AÍNE GOMES DELFINO DO NASCIMENTO
202123927	ALEXSANDRO MATILDE DE SOUZA
202123131	ALICE FIDELIS DA SILVA
202147400	ANA LÚCIA SILVA DO AMARAL
202157630	ANDREA LOPES DA SILVA
202178857	ANTÔNIO SOARES DE SANTANA JUNIOR
202171381	CARLA RENATA DE MACÊDO
202129741	CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUZA
202181911	DANIELA MARIA DE ARAUJO
202146908	DAYANNE CAVALCANTE COSTA
202146464	DÉBORA KAMILA DA SILVA MENDONÇA
202143506	DENISE DOS ANJOS SILVA
202166425	DIEGO ROCHA DE MELO FERREIRA
202189185	EDUARDO DE MENEZES OLIVEIRA
202185034	EMERSON JOSE MENDES DOS SANTOS
202148553	ERIKA COSTA E SILVA NOGUEIRA DE ABREU
202148048	FABIANA FIDELIS PEREIRA
202114492	FÁBIO LEITE DA SILVA
202140515	FÁTIMA CRISTINA DE OLIVEIRA BENTO
202149853	FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA MATOS
202183543	FLÁVIA APARECIDA DE OLIVEIRA BEZERRA
202174512	GEANE MARIA DOS SANTOS SILVA
202181096	GISELE CRISTINA FREITAS NASCIMENTO
202148443	GISELE GOMES DA SILVA
202167787	GLEICE DOS SANTOS LIMA
202150080	HANS CHRISTOPHER SAEGESSER SANTOS

## ANEXO II

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
202112658	ISABEL CRISTINA CORREIA GUEDES
202142856	ISABELLY PATRICIA DE LIMA

202142393	IVANÉCIA LOPES DA SILVA
202160642	IVISON JOSÉ GOMES DE SOUSA
202115598	IZALDO PEDRO DA SILVA
202132375	IZANARA OLIVEIRA UCHÔA
202128924	JASSIGLEI PAZ DO NASCIMENTO
202158359	JÉSSICA AZEVEDO CORRÊA
202128660	JESSICA RIBEIRO DE MORAIS
202127528	JESSIKA PRISCILA COSTA DA SILVA
202113518	JOSE CLAUDIO ALVES DA COSTA
202161889	JOSSANE SILVA SANTOS
202183866	JULIANA FLORENCIO DOS SANTOS
202187069	JULIANA THAMARA DE OLIVEIRA
202138557	JULIANE DA SILVA CRUZ
202112796	KÉZIA NOEMIA DA SILVA PINHEIRO
202173806	LUCIANA SANTOS DA SILVA
202130225	LUCIELLY KEILLA FALCAO NERI DE OLIVEIRA
202135472	LUIZ RIBEIRO DA SILVA FILHO
202167029	MAGNA LUNA PIMENTEL SANTANA
202181651	MARCIA LUNA PIMENTEL
202166081	MARCIO JOSÉ CAMPELO DOS ANJOS
202166641	MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS JUNIOR
202185597	MARIA MARLEIDE DE SOUZA GOMES
202145102	MARIA MONALIZA LIMA DA SILVA
202163748	MARLUCE FERREIRA DE BRITO
202165616	MAURICÉA MAIA DA COSTA CRUZ
202113719	NATALIA MONTEIRO BRAGA
202127665	NAYARA EVARISTO DE PONTE DE FARIAS
202151962	NÚBIA MONIQUE DA SILVA
202123321	ONILDA ALVES DE SANTANA
202158112	PAULO BRUNO NORBERTO DA SILVA
202123997	PEDRO IVO ARAGÃO ROCHA
202178084	RAFAEL VINÍCIUS DE LIRA PAIVA
202172650	RAFAELA LIRA NOGUEIRA DE LUNA
202188931	RAFAELLE GRAZIELLE COELHO DA COSTA
202154248	RENATA THAMIRES GUEDES NOVAES
202152655	RISONALVA DE LUNA MELO
202126713	ROMILDO RODRIGUES DE FRANCA JUNIOR
202113588	RÔMULO JOSÉ BANDEIRA DA SILVA
202171150	ROSI DA ROCHA CARVALHO
202154448	ROSILDA SOUZA GOMES

202133300	RUTH MIRRELLI DOS SANTOS GOMES
202131218	SAULO JOSÉ DE MOURA
202184586	SEVERINA MOREIRA DE VASCONCELOS SILVA
202182964	SHIRLEY SANTOS BONNER
202153419	SHIRLEYDE DE OLIVEIRA
202115268	TAMIRIS PEREIRA DA SILVA DE SOUZA
202154524	TATIANE KELLY MARTINS DA COSTA SANTOS
202117169	THIAGO EUGENIO DA MOTA ALVES
202142435	VALDEMIR SEVERINO DE FREITAS
202137575	VANESSA PAULA ALVES DE MELO
202136017	VIVIANE LIMA DOS SANTOS
202158577	WELLINGTON CASSIANO DOS SANTOS
202134662	WELLINGTON JOSE DA SILVA
202129188	WILIANA VANDERLEY DE LIMA
202182223	YURY YZABELLA DA SILVA

Publicado por: Arthur Henrique Borba  
Código Identificador: 230721034603

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 0127/2021  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA- 23/07/2021**

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N°0127/2021**

O Secretário de Segurança Pública de Camaragibe no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados o **Processo Licitatório nº 037/2021 – Pregão Eletrônico N° 014/2021, Homologado em 05/07/2021**, objetivando a Contratação de empresa especializada para contratação de serviços de Implantação de Sinalização Gráfica Horizontal e Vertical de Trânsito.

**Contratante: Secretaria de Segurança Pública / Prefeitura Municipal de Camaragibe ,CNPJ 08.260.663/0001-57 Contratada: SIRGA – ENGENHARIA E CONTROLE DE QUALIDADE LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **11.574.829/0001-14**.

**Data de assinatura:** 13 de Julho de 2021.

**Valor Global:** R\$ 499.089,96

**Prazo:** 12 meses.

**Dotação orçamentária:**2027.26.452.1022.2146 Secretaria de Segurança Pública.

3.3.90.39.00 Sinalização Horizontal e Vertical de Vias Públicas.

Camaragibe-PE, 13 de Julho de 2021.

**Marcílio Rossini da Silva**

Secretário Segurança Pública

Publicado por: Arthur Henrique Borba  
Código Identificador: 230721111341

**EXTRATO DO CONTRATO N° 0141/2021  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA- 23/07/2021**

**EXTRATO DO CONTRATO N°0141/2021**

O Secretário de Segurança Pública de Camaragibe no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados o **Processo Licitatório nº 042/2021 – Pregão Eletrônico N° 018/2021, Homologado em 12/07/2021**, objetivando a Contratação de Empresa Especializada em Elaboração de Projetos Executivos Terraplenagem, Obra de Arte Especial, Passeios e Sinalização de Diversas Ruas do Município de Camaragibe.

**Contratante: Secretaria de Segurança Pública / Prefeitura Municipal de Camaragibe ,CNPJ 08.260.663/0001-57**

**Contratada: CONSULTEC – Projetos e Consultoria LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.099.474/0001-59**.

**Data de assinatura:** 16 de Julho de 2021.

**Valor Global:** R\$ 69.950,00

**Prazo:** 8 meses.

**Dotação orçamentária:**2027.26.452.1022.2146 Secretaria de Segurança Pública.

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Camaragibe-PE, 23 de Julho de 2021.

**Marcílio Rossini da Silva**

Secretário Segurança Pública

Publicado por: Arthur Henrique Borba  
Código Identificador: 230721112003